



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SUBPREFEITURA DO JABAQUARA

Coordenadoria de Projetos e Obras

Avenida Engenheiro de Armando Arruda Pereira, 2314, - Bairro Jabaquara - São Paulo/SP - CEP
04908-001

Telefone:

Ata de Reunião

Aos quatorze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, às quatorze horas, reuniram-se os integrantes da Comissão Permanente de Ambulantes do Jabaquara, bem como, outros convidados, conforme lista de presença em documento SEI número 072150399, 072150406, 072150412 do Processo SEI número 6042.2019/0002044-6. Antes de iniciar a reunião, foi passada lista de presença e houve inscrição daqueles interessados em tomar a palavra durante a reunião. O **Sr. Maurício Bousi, Coordenador da Coordenadoria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano**, inicia os trabalhos saudando a todos e chamando o **Sr. Paulo Trofino** para presidir a reunião. O **Sr. Paulo Trofino** cumprimenta a todos e avisa que o **Senhor Subprefeito, Sr. Roberto Bonilha**, virá no decorrer da reunião por estar em outro compromisso previamente agendado. Em seguida fala sobre a reclamação de uma munícipe, relatada no processo SEI nº 6042.2022/0002527-3, quanto a ambulante que ocupa o passeio público próximo a área de acessibilidade e sobre um obstáculo próximo que dificulta a passagem. Diz ter ido pessoalmente ao local e que não percebeu a dificuldade da passagem e que está sendo verificada a regularidade do referido ambulante. Em seguida passa a palavra ao **Sr. Maurício Bousi**, que informa que houve reunião com o Metrô para apresentar a proposta quanto ao local provisório para utilização por parte dos ambulantes durante a obra, porém, ainda não houve devolutiva. Aparenta que são favoráveis, mas, dependem da manifestação da área de Engenharia e demais áreas técnicas. Caso o Metrô não dê resposta ou caso seja negativa, será utilizado o outro lado, próximo à banca de jornal (Itaú). Quanto à regularização dos ambulantes, não houve consenso, mas continua o levantamento de como proceder a regularização das TPUs. Em seguida passa a palavra ao **Sr. Renan**, que diz que está com 35 (trinta e cinco) obras licitadas e que nesta data está finalizando o Edital dos Ambulantes, com previsão de publicação entre sábado e terça-feira, pois os prazos já estão curtos. Informa que o recurso está reservado para a obra e que está ajustando tudo para poder efetuar a publicação. A definição da data para a Licitação deve ser feita hoje, 14/10. Explica sobre a Lei 8666/93 que determina os prazos a serem atendidos e que também rege a Tomada de Preços, que é uma das modalidades de Licitação. Explica que, caso seja publicada na terça-feira, abre-se o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação das propostas, por parte das empresas interessadas, sendo que o critério é o de menor preço, em seguida abre-se 05 (cinco) dias para interposição de recurso, depois disso, começa o prazo de início da obra que parte do projeto executivo. Informa que para base de todo o processo procedeu-se a etapa de sugestões, avaliação, várias visitas ao local para definição das diretrizes básicas como área para banca, área para banheiros, etc, conforme comporta o local. Informa que a CET e SPTRANS já autorizaram a obra, pois haverá grande impacto no fluxo do trânsito, ônibus e suas paradas. Informa que esse foi um dos motivos para não ter iniciado o processo licitatório, enquanto não houvesse essa liberação. O início da obra deve se dar em aproximadamente 20 (vinte) dias, conforme prazo legal já descrito, ou, após o projeto executivo, ou início parcial a ser combinado com a empresa que for vencedora da licitação. Tudo será negociado com a empresa ganhadora. Assim que for formalizada a Ordem de Início, estará autorizado oficialmente o início da obra. No momento temos o croqui preliminar para o início da obra, o projeto executivo será elaborado pela empresa ganhadora, em conjunto com a equipe técnica de CPO. Informa que CPO só fiscaliza o contrato, não executa a obra, sendo essa última, responsabilidade da empresa ganhadora. Nesse momento, **interveio o Sr. José Gomes** que pergunta sobre a previsão de prazo de duração da obra, ao que o **Sr. Renan** informa que o prazo contratual é de 6 (seis) meses. Informa que a base sempre é o prazo máximo, nunca o prazo mínimo e que se a empresa não atende o prazo máximo, é penalizada. Para o cálculo de prazo de obra é levado em consideração intempéries e intercorrências

diversas. Estima-se prazo de 3 (três) a 4 (quatro) meses, mas tem até 6 (seis) meses para execução. O cronograma é proposto em Edital. Nesse momento, **interveio o Sr. José Gomes** que diz se preocupar com prazos, pois estando próximo do fim do ano que é a época em que pode-se ganhar um pouco mais com as vendas, pergunta se o início da obra pode ser no começo do próximo ano, deixando toda tramitação em ordem, só começando a obra depois. Nesse momento o **Sr. Renan** informa que devido à Lei de Responsabilidade Fiscal, a verba deste ano não pode ficar para ser usada no próximo ano. Esse dinheiro veio para Intervenção Local e "desaparece" ao final do exercício. O único jeito de não "desaparecer" é iniciar a obra, pagar parcialmente e o restante inscrever em restos a pagar, para que possa terminar a obra ano que vem. Após essa informação pede que as Dras. Cliseida e Debora (Assessoria Jurídica da Subprefeitura) corroborem sua informação, ao que as mesmas confirmam. Informa que o projeto vem sendo desenhado há 3 (tres) meses e que dificuldades aparecerão para ambas as partes (ambulantes e Prefeitura). Seria inviável atender a essa solicitação, mas se assim o Sr. Subprefeito o decidir, acata-se a determinação. Nesse momento o **Sr. Maurício Bousi** interveio dizendo que não há a intenção de deixar ninguém sem trabalhar, que o espaço será reduzido, mas dá para trabalhar, não pararia as atividades. Nesse momento, **interveio a Sra. Camila** perguntando se não trabalhar, como paga o imposto. O **Sr. Maurício Bousi** responde que suspenderia-se as TPUs e não haveria pagamento. Informa que 80 % (oitenta por cento) das TPUs tem problema e estão tentando viabilizar a regularização. Nesse momento o **Sr. Paulo Trofino** fala que tem procurado solução para regularização de todos e que acha que fazer uma analogia com a Lei dos jornalheiros, seria uma saída para a regularização das TPUs, e, que quem tivesse conhecimento, poderia ajudar procurando seus vereadores para analisar o assunto. Nesse momento o **Sr. Maurício Bousi** diz que pretende fazer tudo o mais rápido possível e sem prejudicar ninguém. Nesse momento, **interveio o Sr. Benedito** dizendo que acompanhou as visitas ao novo local e pergunta como está a negociação com o metrô e quando a licitação será publicada, pois não entendeu os prazos. Pergunta também de quem é aprovação do projeto, é por parte da Subprefeitura ou da SMUL. Diz que entende que se o recurso for empenhado, não haverá a perda do dinheiro. Acredita que a obra não começa este ano porque se for para SMUL, haverá uma demora de 02 (dois) a 3 (três) meses. Nesse momento o **Sr. Renan** informa que em Obra Pública a Prefeitura é isenta de Alvará, não existindo tramitação processual para aprovação de projeto executivo, tudo é feito entre a empresa e a CPO, com base da Lei de Uso e Ocupação de Solo. Quanto ao recurso, o empenho não é garantia de utilização. Ou se increve em restos a pagar ou se perde a verba. Se perdermos dois milhões de reais a Prefeitura não encaminhará novamente essa verba. Há a necessidade de se gastar parte este ano para que se tenha como terminar a obra. Não há a possibilidade de se deixar de executar este ano, a obra tem que ser iniciada. Reafirma que estamos tratando desse assunto há 3 (tres) meses, agora o prazo é iminente, o edital será publicado e a obra vai ser iniciada. Não há como prometer nada relacionado à obra, pois não se sabe qual empresa ganhará o certame. Informa que há provas da reunião com o Metrô, pois foram publicadas no Instagram, na semana passada, fotos do Subprefeito, Chefe de Gabinete e o Sr Maurício no Metrô. Informa que o Metrô é Estatal vinculada ao Estado, não sofrendo qualquer influência por parte da Prefeitura, e, que dependemos da análise técnica de segurança do Metrô, que pode autorizar, negar, ou, nem nos responder. Há 3 (tres) meses o Projeto era abstrato e hoje é real. Foi discutido e sempre pedindo a participação de todos. Se houvesse uma Portaria expedida pelo Subprefeito suspendendo as TPUs, o processo estaria adiantado, mas por não querermos prejudicar ninguém, houve a discussão até agora, seguramos o Edital para tentar atender e ajudar a todos. Inclusive nesta data ocorreu a publicação de uma tabela nova por parte de SIURB e estamos refazendo todos os cálculos. Nesse momento, **interveio a Sra. Elaine**, que refere que sendo a publicação no Diário Oficial, provavelmente, na terça feira e que a partir disso o início da obra pode ocorrer de 20 (vinte) a 30 (trinta) dias, pergunta quando se daria a remoção da Banca e de quem seria a responsabilidade da remoção, da Prefeitura ou do ambulante. O **Sr. Maurício Bousi** responde que a responsabilidade é do ambulante e se o mesmo não o fizer, entende-se como abandono e é realizado o processo de apreensão. Nesse momento o **Sr. Renan** solicita que trabalhemos juntos, respeitemos os prazos, pois o projeto vai acontecer e vai iniciar. Novamente **interveio a Sra. Elaine** perguntando quanto ao local provisório, ao que o **Sr. Renan** diz ser o do Metrô ou o do Itaú, pois já tem garantia de tranquilidade de trabalho. A **Sra. Elaine** pergunta se o novo local terá espaço igual ao atual, ao que o **Sr. Maurício Bousi** responde que isso já foi definido na primeira reunião. Nesse momento o **Sr. Renan** informa que todas as ATAS da reunião são públicas, devidamente publicadas em Diário Oficial da Cidade e que a Sra. Camila acompanha as publicações e as

disponibiliza no grupo criado. Nesse momento, **interveio o Sr. Lindonjosen**, que reafirma os prazos ditos e pergunta a partir do início da obra, qual a porcentagem da obra tem que ser entregue até o fim do ano, ao que o **Sr. Renan** diz ser 25% (vinte e cinco por cento) o que inclui tapume, projeto executivo. O **Sr. Renan** indaga que se há o conhecimento da porcentagem que tem que ser entregue este ano, porque o interesse em deixar que a obra inicie somente no próximo ano. Nesse momento o **Sr. Maurício Bousi** diz que não se deve discutir o quanto protelar o início da obras, mas sim, onde colocar os permissionários. O **Sr. José Gomes** reafirma a preocupação com a saída antes do Natal. o **Sr. Maurício Bousi** diz que a Sra. Camila acompanhou as Arquitetas para verificar onde os ambulantes vão ficar, para que ninguém seja prejudicado. Há a preocupação com todos os ambulantes. Nesse momento o **Sr. Paulo Trofino** fala que está sendo feito o possível para que ninguém seja prejudicado e que o transtorno é para melhor. Nesse momento a **Sra. Camila** fala sobre a divulgação da reunião que sempre é feita, que conversou várias vezes com o Sr. Roberto Bonilha, Subprefeito, com o Sr. Maurício, que há uma grande preocupação com o Natal, mas que temos que pensar lá na frente, na melhoria que todos terão. Que ela mesma foi atrás de recursos, junto a vereadores e deputados. Nesse momento o **Sr. Maurício Bousi** diz que a solicitação de solução para o local partiu dos munícipes da Vila Guarani e que a única que o procurou para sugestões foi a Sra. Camila. Nesse momento o **Sr. Renan** pergunta aos presentes, quais são ambulantes na Conceição, se não seria bom ter banheiro para usar durante o período de trabalho, ter local bonito, arrumado, e, diz ser esta a oportunidade, o "Projeto Boulevard Conceição", que ou sai agora ou se desiste. Disse ter sido solicitada a Comissão, mas que somente o Sr. José e a Sra. Camila o procuraram. Que em nenhum momento deixou de atender e na sua impossibilidade, quem sempre os atendeu foi o Sr. Maurício. Alerta que os que ficaram em silêncio, aprovaram a ATA. Que a partir desta reunião, só será discutido assunto novo, nada do que já foi tratado anteriormente. Nesse momento o **Sr. Paulo Trofino** fala que a obra já está definida, que tenta atender a todos e que os moradores da V. Guarani aceitaram, os recursos dos parlamentares vieram e se não executarmos, estaremos "assinando atestado de incompetência", que o prazo é limite e que é o melhor local para se trabalhar. Nesse momento o **Sr. Maurício Bousi** diz que a restrição referente a TPU é sobre a Lei ser antiga, pois dificulta tudo e que o ideal seria que fosse atualizada. Informa que vamos emitir Ofício nominal para cada permissionário, estipulando a data de saída e para saber quem não quer ir para o espaço provisório. Quem não quiser, haverá a tentativa de "congelamento" da TPU, fazendo tudo formalmente. Provavelmente semana que vem inicia a entrega dos Ofícios. Nesse momento o **interveio o Sr. Dario** que diz que todos ali tem respaldo, que até o momento nunca tinha visto essa atitude por parte de nenhuma gestão anterior, que trabalhava como ambulante, teve que sair do local e não teve mais como voltar. Diz que todos tem que aproveitar a boa vontade da administração. Nesse momento o **Sr. Maurício Bousi** diz que com a comunicação da saída oficial do local, todos tem que pensar em como vão realizar a montagem no local provisório e se organizar. Nesse momento **interveio o Sr. José Gomes**, que afirma que ninguém é contra a obra, que só pensa nos problemas que podem advir na obra, em não começar, em parar. Diz que já trabalhou no mercado informal, tem experiência na área e tenta ajudar a todos. Nesse momento o **Sr. Maurício Bousi** informa sobre a data da próxima reunião, dia 16/11/2022, às 14h00 nesse mesmo local, sendo essa data escolhida devido ao feriado que a antecipa. Nesse momento o **Sr. Paulo Trofino** passa a palavra ao **Sr. Roberto Bonilha, Subprefeito**, que pede desculpas pelo atraso, pois estava em reunião com o Sr. Prefeito. O mesmo diz que acredita que tudo foi informado aos presentes quanto à obra e prazos. Solicita a todos que contem com ele, diz que não quer prejudicar ninguém, que assume o compromisso da revitalização e regularização, pede que o vejam como parceiro, como ser humano que sabe da dificuldade para o sustento. Agradece a parceria de todos da equipe, coloca todos a disposição: Sr. Renan, Sr. Maurício, Dra. Cliseida e Dra. Debora, informa que vamos colocar tudo em prática e deseja sucesso. Nesse momento o **Sr. Renan** relata ao Sr. Subprefeito de que todas as informações foram passadas quanto a prazos, local provisório (já garantido), interesse na regularização e, que, primeiro trataremos da obra e, num segundo momento, da regularização. Que no período da obra cuidaremos da regularização. O **Sr. Roberto Bonilha, Subprefeito**, confirma a data da próxima reunião, para dia 16/11/2022, às 14h00 nesse mesmo local. Nesse momento o **Sr. Paulo Trofino** retoma e pergunta se mais alguém quer a palavra, não havendo manifestação. Informa que na próxima reunião já teremos a licitação pronta. Nada mais a ser comentado, encerrou-se a reunião às 15h38, cuja Ata vai redigida e digitada por mim, **Rosimeire Soares Pereira da Costa, com a revisão do Sr. Maurício Bousi**. São Paulo, quatorze de outubro de dois mil e vinte e

